

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO  
PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA FLUTUANTE, DA COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**

Pelo presente instrumento particular,

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**, sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa, 80, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 19.527.639/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “Emissora”);

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (individualmente, a “Debênture” e coletivamente as “Debêntures”), neste ato representada na forma de seu contrato social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de acionistas controladoras da Emissora,

**GIPAR S.A.**, sociedade por ações com sede na Av. Presidente Vargas, 463 - 4º andar (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.260.956/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“GIPAR”); e

**ITACATU S.A.**, sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa, 80, 1º andar parte, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 23.160.658/0001-66, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“ITACATU”),

vêm, por este instrumento (o “Aditamento”), e na melhor forma de direito, aditar a Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Flutuante, da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, firmada entre as partes em 21 de julho de 2003 (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1.** Todos os termos iniciados em letras maiúsculas não expressamente definidos neste Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

*[Handwritten signature]*

Cláusula 2. O item 1.1. e o item 2.2., ambos da Escritura, passam a vigorar conforme segue:

“1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas (“AGEs”) realizadas em 15 de maio e 06 de agosto de 2003 e das Reuniões do Conselho de Administração (“RCAs”) da Emissora, realizadas em 15 de maio, 10 de julho e 12 de agosto de 2003.”

“2.2. Arquivamento e Publicação das Atas das AGEs e das RCAs

As atas das AGEs que deliberaram sobre a Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob os nºs 2943564, 2976198, em 22 de maio e 11 de agosto de 2003, respectivamente. As atas das RCAs que deliberaram sobre a Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob os nºs, 2948025, 2963019 e 2977357, em 3 de junho, 11 de julho e 13 de agosto de 2003. As AGEs foram publicada em 27 e 28 de maio de 2003 e 15 de agosto, nos jornais “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional e “Minas Gerais”. As duas primeiras RCAs foram publicadas em 15 e 16 de julho de 2003 e a terceira RCA em 15 de agosto de 2003, todas também nos jornais “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional e “Minas Gerais”.”

Cláusula 3. O subitem “(o)” do item 4.7. da Escritura passa a vigorar conforme segue:

“(o) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora ou de suas Controladas Relevantes, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto se tal reorganização societária: (A) (i) não afetar de qualquer forma a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afetar de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; ou (B) seja realizada para atendimento de determinação expressa da ANEEL, desde que: (i) não afete de qualquer forma a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afete de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora.”

Cláusula 4. O item 5.1.(ii) e o item 5.1.1. da Escritura passam a vigorar com a redação abaixo estabelecida, sendo ainda incluído o item 5.1.1.1.:

“(ii) penhor de 57.509.438 ações ordinárias de emissão da CENF e de propriedade da Emissora, representativas, nesta data, de 69,95% (sessenta e nove inteiros e noventa e cinco centésimos) do capital social votante da CENF e de 59,47% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) do capital

social total da CENF, bem como todas as ações de emissão da CENF que a Emissora vier a deter no futuro, além de todas as bonificações e demais direitos relativos às ações empenhadas; o valor patrimonial das referidas ações de emissão da CENF, em 31/12/2002, era de R\$28.860.000,00 (vinte e três milhões, oitocentos e sessenta mil reais). O penhor será constituído por meio da celebração do Contrato de Penhor de Ações, firmado nesta data, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e outros (o “Contrato de Penhor de Ações”), cuja cópia é parte integrante desta Escritura como Anexo II. O direito de voto permanecerá com os acionistas da CENF, podendo, entretanto, o Contrato de Penhor de Ações prever que, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, esses acionistas somente poderão exercer tal direito de voto nos termos daquele instrumento. Toda e qualquer execução, judicial ou extrajudicial, relativa ao penhor constituído sobre as ações da CENF, que impliquem transferência do controle acionário da CENF, deverá ser submetida previamente à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme disposto na legislação aplicável e no respectivo contrato de concessão.”

“5.1.1. A garantia representada pelo penhor sobre as ações de emissão da CENF poderá, desde que obtidas as autorizações legais e regulamentares necessárias, ser compartilhada, em igual grau de prioridade e de acordo com os mesmos termos e condições, com os credores abaixo relacionados e com referência aos créditos também a seguir especificados:

- (i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: crédito decorrente de financiamento a ser concedido à Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE, no valor de até R\$335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP capitalizada de *spread* de 7% (sete por cento) ao ano, com vencimento final previsto para dezembro de 2007; e
- (ii) Banco Rural S.A.: crédito decorrente de financiamento representado por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 0662/0036/03, emitida pela SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba em favor do Banco Rural S.A., em 19 de agosto de 2003, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes à Taxa DI capitalizada de *spread* de 6% (seis por cento) ao ano, com vencimento final previsto para 19 de julho de 2006.”

“5.1.1.1. Em caso de excussão extrajudicial ou judicial do penhor referido no item 5.1.(ii) acima, os recursos obtidos deverão ser distribuídos respeitadas as seguintes proporções: (i) no mínimo 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento) para os Debenturistas; (ii) no mínimo 5,3% (cinco inteiros e três décimos por cento) para o RURAL; e (iii) no máximo 68,2% (sessenta e um inteiros e dois décimos por cento) para o BNDES. As proporções definitivas referentes à distribuição dos recursos obtidos com a excussão extrajudicial ou judicial do penhor referido no item 5.1.(ii) acima serão estabelecidos no Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, respeitadas os limites aqui referidos.”

*[Handwritten signature]*

Cláusula 5. O item 5.1.3. da Escritura passa a vigorar conforme segue, acrescido do item 5.1.3.1.:

“5.1.3. Na hipótese de qualquer dos credores supra mencionados vir a obter garantia adicional de natureza distinta daquelas constituídas em favor dos Debenturistas ou, se da mesma natureza, em condições mais favoráveis a esses credores, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos créditos acima descritos, além do penhor das ações de CENF estabelecido no item 5.1(ii), da vinculação de receitas em termos e condições equivalentes ao estabelecido no item 5.1.(i) desta Escritura e das garantias a serem constituídas em favor do BNDES com relação ao crédito descrito no item 5.1.1.(i) supra, mencionadas na Decisão de Diretoria do BNDES nº 361/2003, de 28/07/2003, que aprovou o reescalonamento da dívida do Sistema Cataguazes-Leopoldina, fica desde já estabelecido que essas garantias estarão sujeitas ao acordo de compartilhamento de garantias regulado pelo respectivo Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças. As disposições deste item não se aplicam às garantias já existentes em favor de qualquer um dos credores relacionados no item 5.1.1. acima em data anterior a 11 de julho de 2003, no caso de refinanciamento de dívidas da Emissora e de suas Controladas Relevantes.”

“5.1.3.1. Não será considerada garantia adicional de natureza distinta daquelas constituídas em favor dos Debenturistas, não estando, desta forma, sujeita ao acordo de compartilhamento de garantias regulado pelo respectivo Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a constituição de garantia em favor do Banco Rural previstas na Cédula de Crédito Bancário nº 0662/0036/03, referida no item 5.1.1 (ii) supra.”

Cláusula 6. O subitem “(xiv)” do item 7.3 da Escritura passa a ter a seguinte redação:

“(xiv) não pagar nem permitir que suas Controladas Relevantes paguem antecipadamente qualquer dívida, inclusive, mas não se limitando às dívidas mencionadas no item 5.1.1. desta Escritura, exceto: (a) a dívida decorrente da presente Emissão nas formas previstas nesta Escritura; (b) dívidas da Emissora e das Controladas Relevantes cujo pagamento antecipado tenham sido prévia e expressamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão; ou (c) se o pagamento objetivar única e exclusivamente a substituição de dívida(s) da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes cujas condições de remuneração sejam mais onerosas que as condições de remuneração das Debêntures, por nova(s) dívida(s) que apresente(m) condições de remuneração menos onerosas que as condições de remuneração da dívida substituída e que seja(m) em valor, individual ou total com relação à Emissora e às suas Controladas Relevantes consideradas em conjunto, inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).”

Cláusula 7. As partes decidiram incluir o item 12.4.6.1. na Escritura, conforme segue:

“12.4.6.1. Após o compartilhamento do penhor sobre as ações de emissão da CENF, conforme previsto na Cláusula V acima, será observado o disposto no item 4.2. do Contrato de Penhor de Ações com relação à substituição do Agente de Garantia, prevalecendo, com relação à decisão dos Debenturistas, o quorum previsto no item 12.4.6. supra.”

Cláusula 8. O subitem “(g)” do item 13.2. da Escritura passa a ter a seguinte redação:

“(g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2000, 2001 e 2002 de 31 de março e 30 de junho de 2002 e 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;”.

Cláusula 9. O modelo de Contrato de Compartilhamento de Garantias e outras Avenças, constante do Anexo III da Escritura, passa a ser substituído pelo Anexo I a este Aditamento.

Cláusula 10. A celebração deste Aditamento não constitui isenção de qualquer obrigação ou responsabilidade da Emissora relativa à Escritura, aos Documentos de Garantia e aos demais instrumentos relacionados à Emissão, bem como não caracteriza a renúncia, por parte dos Debenturistas, de quaisquer de seus direitos referentes à Emissão, ainda que a Emissora esteja, nesta data, inadimplente em relação a qualquer de suas obrigações ou responsabilidades decorrentes da Escritura.

Cláusula 11. Todos os demais termos e condições da Escritura não alterados por este Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

Cláusula 12. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Cláusula 13. As partes signatárias da Escritura ratificam, nesta data, todas as declarações por elas realizadas, constantes da Cláusula XIII da Escritura.

Cláusula 14. Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a se tornar.

*[Handwritten signature]*

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam este Aditamento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2003.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA**

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Maurício Perez Botelho  
Cargo: Diretor Financeiro

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Cláudio Brandão Silveira  
Cargo: Finanças Corporativas

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIAR LTDA.**

Nome: Helen de Oliveira Thomas  
Cargo: Procuradora

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**GIPAR S.A.**

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Maurício Perez Botelho  
Cargo: Diretor Financeiro

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Cláudio Brandão Silveira  
Cargo: Finanças Corporativas

**ITACATU S.A.**

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Maurício Perez Botelho  
Cargo: Diretor Financeiro

2º. Ofício de Notas Cataguazes - MG

Nome: Cláudio Brandão Silveira  
Cargo: Finanças Corporativas

Testemunhas:

Nome: LAURA HIRATA BARRO  
CPF: 220.295.028-12

Nome: MAYTE SOUZA DANTAS DE ALBUQUERQUE  
CPF: 081.682.767-28

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 25/08/2003  
SOB O NÚMERO: ED000012-4/001  
#COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES L#  
#LEOPOLDINA#  
Protocolo: 038173085  
RÉU EUSTÁQUIO MACIELLE JUNQUEIRA  
SECRETÁRIO GERAL

**Cartório do 2º. Ofício**  
CATAGUAZES - MINAS GERAIS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de Maurício Perez Botelho

Dou fé. Em test. da verdade.  
Cataguazes, de 20 de 2003

☐ Bel. Luis Cláudio Reis de Oliveira-Tabella  
☐ Isabel Assis Marinho - Substituta  
☒ Alex Eduardo de Souza Pereira-Escritor

**Cartório do 2º. Ofício**  
CATAGUAZES - MINAS GERAIS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de Cláudio Brandão Silveira

Dou fé. Em test. da verdade.  
Cataguazes, de 20 de 2003

☐ Bel. Luis Cláudio Reis de Oliveira-Tabella  
☐ Isabel Assis Marinho - Substituta  
☒ Alex Eduardo de Souza Pereira-Escritor